

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	53
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	54
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo	27/04/2012	Ordinária		75,11370
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo	27/04/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	82,62510
Assembléia Geral Extraordinária	30/05/2012	Dividendo	30/05/2012	Ordinária		21,91250
Assembléia Geral Extraordinária	30/05/2012	Dividendo	30/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	24,10370

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	184.597	170.142
1.01	Ativo Circulante	21.010	22.568
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.403	3.078
1.01.01.01	Caixa Geral	359	354
1.01.01.02	Bancos conta movimento	1.044	1.311
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	0	1.413
1.01.03	Contas a Receber	9.226	13.146
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.226	13.146
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	600	412
1.01.03.02.03	Despesas Antecipadas	689	4.214
1.01.03.02.04	Contas a receber	7.138	8.074
1.01.03.02.05	Adiantamentos à Fornecedores	799	446
1.01.04	Estoques	296	117
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.085	6.227
1.01.08.03	Outros	10.085	6.227
1.01.08.03.01	Outras contas a receber	847	922
1.01.08.03.02	Indenizações a receber	9.238	5.305
1.02	Ativo Não Circulante	163.587	147.574
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.295	2.387
1.02.01.03	Contas a Receber	451	540
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	451	540
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.844	1.847
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.844	1.847
1.02.03	Imobilizado	2.126	1.585
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.126	1.585
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.126	1.585
1.02.04	Intangível	159.166	143.602
1.02.04.01	Intangíveis	159.166	143.602
1.02.04.01.02	Intangível	159.166	143.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	184.597	170.142
2.01	Passivo Circulante	33.440	32.160
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.250	3.339
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.250	3.339
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	3.250	3.339
2.01.02	Fornecedores	3.390	4.494
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.390	4.494
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.390	4.494
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.412	8.344
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.430	7.366
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.905	6.783
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	525	583
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25	18
2.01.03.02.01	ICMS	25	18
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	957	960
2.01.03.03.01	ISS	957	960
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	10.176	12.854
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.166	6.322
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.166	6.322
2.01.04.02	Debêntures	3.010	6.532
2.01.04.02.01	Debêntures	3.010	6.532
2.01.05	Outras Obrigações	6.956	2.834
2.01.05.02	Outros	6.956	2.834
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.360	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.797	1.576
2.01.05.02.05	Outras obrigações	799	1.258
2.01.06	Provisões	256	295
2.01.06.02	Outras Provisões	256	295
2.01.06.02.04	Provisões para manutenção	256	295
2.02	Passivo Não Circulante	50.533	50.922
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	43.995	45.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.327	37.556
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.327	37.556
2.02.01.02	Debêntures	7.668	7.668
2.02.01.02.01	Debêntures	7.668	7.668
2.02.03	Tributos Diferidos	1.118	92
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.118	92
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.118	92
2.02.04	Provisões	5.420	5.606
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.138	3.177
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.794	1.794
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.324	1.363
2.02.04.02	Outras Provisões	2.282	2.429
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	2.282	2.429

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido	100.624	87.060
2.03.01	Capital Social Realizado	54.400	45.700
2.03.02	Reservas de Capital	5.448	8.151
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.02.07	Reserva para Aumento de Capital	1.852	4.555
2.03.04	Reservas de Lucros	40.776	33.209
2.03.04.01	Reserva Legal	1.334	2.150
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.193	4.667
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	35.249	26.392

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.520	97.391	39.822	77.373
3.01.01	Receita de Serviços	41.654	84.826	34.604	68.921
3.01.02	Receita Custo de Construções	11.485	19.933	8.265	14.483
3.01.03	PIS	-273	-555	-226	-451
3.01.04	COFINS	-1.258	-2.562	-1.086	-2.124
3.01.05	ISS	-2.088	-4.251	-1.735	-3.456
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.030	-43.841	-18.286	-34.088
3.02.01	Custo de Serviços	-12.545	-23.908	-10.021	-19.605
3.02.02	Custo de Construções	-11.485	-19.933	-8.265	-14.483
3.03	Resultado Bruto	25.490	53.550	21.536	43.285
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.239	-8.670	-3.978	-8.051
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.752	-7.703	-3.623	-7.381
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.752	-7.703	-3.623	-7.381
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	115	233	110	234
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	115	233	110	234
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-602	-1.200	-465	-904
3.04.05.02	Depreciação	-113	-291	-98	-193
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-489	-909	-367	-711
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.251	44.880	17.558	35.234
3.06	Resultado Financeiro	-1.655	-3.448	-3.444	-6.525
3.06.01	Receitas Financeiras	113	285	211	646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	113	285	211	646
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.768	-3.733	-3.655	-7.171
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-636	-1.243	-124	-266
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-1.132	-2.490	-3.531	-6.905
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.596	41.432	14.114	28.709
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.728	-14.753	-4.310	-9.657

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.08.01	Corrente	-6.324	-13.649	-4.500	-10.040
3.08.02	Diferido	-404	-1.104	190	383
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.868	26.679	9.804	19.052
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.868	26.679	9.804	19.052
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	156,8678	325,2311	119,51591	232,2539
3.99.01.02	ON	142,607	295,6646	108,65082	211,1399
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	156,8678	325,2311	119,51591	232,2539
3.99.02.02	ON	142,607	295,6646	108,65082	211,1399

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	12.868	26.679	9.804	19.052
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.868	26.679	9.804	19.052

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.701	19.191
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	35.089	25.558
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	26.679	19.052
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.155	4.267
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	-245	-21
6.01.01.04	Provisão para Contingências	-39	-17
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.026	-383
6.01.01.06	Provisão para Recapeamento	-186	1.143
6.01.01.07	Juros e Encargos Financeiros	1.699	1.517
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-388	-6.367
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	3.525	1.173
6.01.02.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3	-153
6.01.02.04	Outros Circulantes	-4.136	-6.173
6.01.02.05	Salários, Provisões e Contribuições Sociais	479	447
6.01.02.08	Outras Obrigações a Pagar	806	-522
6.01.02.09	Fornecedores	-1.104	-693
6.01.02.10	Valores a Receber	936	134
6.01.02.11	Participação nos Lucros dos Resultados	-544	-538
6.01.02.12	Adiantamento a Fornecedor	-353	-42
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.021	-15.929
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-22.021	-15.929
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.355	-16.381
6.03.01	Empréstimos pagos a Terceiros	-4.680	-4.501
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-8.756	-11.136
6.03.03	Empréstimos Obtidos	2.603	0
6.03.04	Obrigações a Investidores	-3.522	-744
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.675	-13.119
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.078	18.041
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.403	4.922

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.700	-4.555	-10.924	-6.336	0	-13.115
5.04.01	Aumentos de Capital	8.700	-4.555	-4.145	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.779	-6.336	0	-13.115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.679	0	26.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.679	0	26.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.852	18.491	-20.343	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.852	18.491	-20.343	0	0
5.07	Saldos Finais	54.400	5.448	40.776	0	0	100.624

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.900	-4.003	-2.897	-11.136	0	-11.136
5.04.01	Aumentos de Capital	6.900	-4.003	-2.897	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-11.136	0	-11.136
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.052	0	19.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.052	0	19.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.328	6.588	-7.916	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.328	6.588	-7.916	0	0
5.07	Saldos Finais	45.700	4.924	22.490	0	0	73.114

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	104.992	83.638
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	84.826	68.921
7.01.02	Outras Receitas	20.166	14.717
7.01.02.01	Receitas de Construções	19.933	14.483
7.01.02.02	Outras	233	234
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.570	-30.150
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.951	-2.715
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.686	-12.952
7.02.04	Outros	-19.933	-14.483
7.02.04.01	Custos de Construções	-19.933	-14.483
7.03	Valor Adicionado Bruto	67.422	53.488
7.04	Retenções	-6.225	-4.267
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.225	-4.267
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.197	49.221
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	285	646
7.06.02	Receitas Financeiras	285	646
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	61.482	49.867
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	61.482	49.867
7.08.01	Pessoal	8.797	7.717
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.162	4.484
7.08.01.02	Benefícios	1.163	1.094
7.08.01.03	F.G.T.S.	449	375
7.08.01.04	Outros	2.023	1.764
7.08.01.04.01	Participações de Empregados	909	711
7.08.01.04.02	Encargos	1.114	1.053
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.273	15.927
7.08.02.01	Federais	17.887	12.233
7.08.02.02	Estaduais	135	238
7.08.02.03	Municipais	4.251	3.456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.733	7.171
7.08.03.01	Juros	1.212	245
7.08.03.03	Outras	2.521	6.926
7.08.03.03.01	Remuneração de Debenturistas	2.490	6.905
7.08.03.03.02	Despesas Bancárias	31	21
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.679	19.052
7.08.04.02	Dividendos	6.336	4.525
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.343	14.527

Comentário do Desempenho

Cenário econômico

Os indicadores do início do segundo trimestre de 2012, confirmaram as expectativas de arrefecimento da atividade econômica no âmbito nacional. No período acumulado até abril de 2012 a indústria recuou 2,8% e 1,1% nos últimos 12 meses. As recentes projeções do PIB apontam para o crescimento da ordem de 2%, o que reforça a pouca efetividade, até o momento, das medidas de incentivo à demanda.

O Rio de Janeiro também registrou uma redução na atividade industrial de 3%. Segundo a FIRJAN, de 13 atividades industriais estudadas, 10 destas apresentaram decréscimo em relação a abril de 2011, com destaque para as indústrias farmacêuticas (-35%) e de veículos automotores (-30%), o que evidencia o forte impacto da desaceleração mundial e nacional sobre a Economia do Rio Janeiro.

Desempenho econômico-financeiro

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia foram superadas neste 2º trimestre de 2012, nos principais indicadores de resultado.

Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 15.4% na tarifa, aprovado pela ANTT em 03/09/2011 e pelo crescimento do tráfego da ordem de 4,0% em relação ao mesmo período de 2011. A combinação destes fatores explica o crescimento da receita operacional em 20,4% em relação ao 2º trimestre de 2011. Foi apurada como receita de construção R\$ 11.485 sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para os serviços de construção.

Os Custos Operacionais e Despesas Administrativas estão R\$ 2.479 (+22,0%), acima dos registrados no 2º trimestre de 2011, devido principalmente ao aumento no custo do seguro da companhia (R\$ 1.046) face ao sinistro ocorrido em janeiro de 2011 motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. Expurgado o efeito do seguro, os Custos Operacionais e Despesas Administrativas superam em 13,5% o mesmo período de 2011 em função do aumento no quadro de funcionários, para atender as novas demandas relacionadas às obras e a operação da rodovia, a realização de serviços de conservação e os reajustes de salários e de contratos de serviços de terceiros.

Comentário do Desempenho

Estes fatores explicam o crescimento do EBITDA em relação ao mesmo período de 2011.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Lucro líquido no trimestre	12.868
Imposto de renda e CSLL	6.763
Participações	1.132
Receitas (despesas) financeiras líquidas	523
Depreciações e Amortizações	3.096
EBITDA ajustado	24.382

A margem EBITDA, do trimestre atingiu 63,9% da receita líquida contra 64,3% de 2011.

Comentário do Desempenho

DESCRIÇÃO	30.06.2012	30.06.2011
VEÍCULOS EQUIVALENTES	3.795	3.650
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	49.635	39.932
Receitas operacionais	41.654	34.604
PIS, COFINS, ISS e Outros	(3.619)	(3.047)
Outras receitas	115	110
Receita de construção (novas práticas contábeis)	11.485	8.265
CUSTOS E DESPESAS	(25.253)	(20.180)
Custos e despesas	(12.923)	(10.595)
Ônus da concessão	(845)	(696)
Custo da construção (novas práticas contábeis)	(11.485)	(8.265)
Provisão para recapeamento (novas práticas contábeis)	-	(624)
EBITDA	24.382	19.752
<i>EBITDA/Receita Líquida</i>	<i>49,12%</i>	<i>49,46%</i>
Depreciações e amortizações	(3.096)	(2.147)
Despesas financeiras líquidas(*)	(1.655)	(3.444)
LUCRO ANTES I. RENDA	19.631	14.161
Imposto de renda/contribuição social (**)	(6.763)	(4.357)
LUCRO LÍQUIDO	12.868	9.804
Lucro Líquido/Receita Líquida	25,93%	24,56%

(*) *Inclui remuneração das debêntures*

(**) *Contém R\$ 35 de Incentivos Fiscais - Lei Rouanet em 2012*

O lucro líquido por ação no trimestre foi de R\$ 299,48 (R\$ 228,17 em 2011), justificado pela junção dos eventos acima comentados e pela menor distribuição de remuneração de debêntures, compatível à redução da distribuição de dividendos, para atender as necessidades de caixa, face às exigências de investimentos com obras na Rodovia decorrentes do sinistro de 2011 ainda não reembolsadas pelo seguro.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão. Dentre as obras realizadas e/ou iniciadas destacamos o início da segunda fase da construção da terceira faixa da serra, alargamento e reforço de pontes e viadutos e obras de contenção de encostas.

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 43,2M.

Comentário do Desempenho

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e aos Debenturistas referente ao resultado do segundo trimestre de 2012 foi de R\$ 2.780 (Acionistas R\$ 1.648 e Debenturistas R\$ 1.132) 67,9% abaixo do mesmo período de 2011 (R\$ 8.272). No segundo trimestre de 2012, a companhia distribuiu 25% do resultado (contra 75% em 2011), para atender as necessidades de caixa, devido aos desembolsos com o sinistro ocorrido em janeiro de 2011. A recomposição do caixa da companhia está associada à regularização dos reembolsos do seguro, em fase de regulação junto aos peritos nomeados pelas seguradoras e resseguradores. Com a recomposição do caixa, a companhia prevê distribuir 75% do resultado de 2012 a partir do terceiro trimestre do exercício corrente.

Sinistro Jan/11

A regulação do Sinistro ocorrido em janeiro/2011, devido às fortes chuvas que se abateram sobre a Região Serrana, continua em curso. A companhia já concluiu as principais obras nos trechos afetados, tendo consumidas até junho de 2012 R\$ 29,1 milhões.

Os trechos concluídos totalizam 92 pontos, que consumiram cerca de R\$ 29,1 milhões até junho de 2012.

A apólice de seguro da rodovia foi renovada junto ao mercado local.

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de 'A+(bra)' para 'AA-(bra)'.

Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o segundo trimestre com o efetivo de 337 funcionários (331 em 2011), maior parte residente no município de Magé e adjacências. Em 2012 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (Gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano

Comentário do Desempenho

médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional.

Responsabilidade social e ambiental

Aumentamos, no segundo trimestre de 2012, nossa participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados, como também de nossos colaboradores internos e usuários da rodovia.

Mantivemos os convênios pioneiros na Região firmados com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (Oficinas de Informática e Marcenaria).

Desde 2006, a CRT, através da Lei Rouanet, mantém o Patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, atendendo atualmente a 160 (cento e sessenta) jovens e adolescentes.

Em 2011 a CRT deu início ao Projeto Olhares, patrocinado por meio da Lei Rouanet. O projeto foi desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia com um grupo de 30 meninas, entre 13 e 18 anos, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade das mulheres da comunidade e estimular a participação na sociedade na luta pelos seus direitos e pelo seu espaço de sonhar e se realizar. O projeto acontece no bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis por um período de um ano e conta com a realização de oficinas semanais, abordando técnicas de fotografia profissional, história da comunidade, direitos das mulheres e outros. O projeto finalizou-se com a exposição “Nós, Mulheres do Rosário” na Calçada da Fama, no mesmo município. Em 2012 será iniciado um novo projeto com um grupo de meninos.

Na área ambiental, demos continuidade aos projetos, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Comentário do Desempenho

Acreditamos que estas ações da CRT contribuirão para reduzir a exclusão social de parte dos adultos, jovens e adolescentes dos municípios que margeiam a nossa rodovia e reforçar nossa posição de empresa socialmente responsável.

Audidores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, não prestaram durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. “Companhia” cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba até Teresópolis Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Equalização do capital circulante negativo

O capital circulante líquido (CCL) em 30 de junho de 2012 foi negativo em R\$ 12.430 em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A regulação do sinistro (reembolso da seguradora das obras já realizadas pela companhia em função das chuvas) encontra-se em processo de análise, com liberações por parte do resseguro/segurador ocorrendo após análise/validação entre os peritos nomeados por estes e os técnicos e consultores da Companhia.

A Companhia solicitou ao BNDES financiamento de longo prazo para obras apuradas não cobertas pelo seguro, uma vez que os danos apurados superam o valor da apólice. A Companhia reduziu temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures para atender as necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pela Administração da Companhia em 20 de julho de 2012.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2012.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Notas Explicativas

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

Notas Explicativas

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infra-estrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por

Notas Explicativas

despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o

Notas Explicativas

imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 120 no período de 6 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço trimestral e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço trimestral e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço trimestral.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

2.10. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações trimestrais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados

Notas Explicativas

para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infra-estrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas Explicativas

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infra-estrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infra-estrutura de

Notas Explicativas

serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infra-estrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infra-estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos Pronunciamentos Contábeis

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até

Notas Explicativas

Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 199.963, como segue (dados em milhares de reais):

	2012	2013	2014	2015 a 2021	Total
Investimentos – PER	48.392	67.615	40.902	43.054	199.963

Não houve alteração no contrato de concessão da Companhia.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	30.06.2012	31.12.2011
<u>Caixa e Bancos:</u>	1.403	1.665
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Votorantim S.A.		1.403
Caixa Economica Federal		10
		<u>1.413</u>
Total	<u>1.403</u>	<u>3.078</u>

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	30.06.2012	31.12.2011
Pedágio	32	8
Via Fácil	5.904	6.741
Auto Expresso	74	106
Dbtrans	721	817
Visa Vale	407	402
Total	<u>7.138</u>	<u>8.074</u>

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil e em maio de 2011 com o sistema DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o saldo está representado por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

Notas Explicativas

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	280	94
PIS e COFINS	320	318
Circulante	<u>600</u>	<u>412</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.905	6.783
PIS e COFINS	518	571
ISS	957	960
ICMS	25	18
IRRF	7	12
Circulante	<u>9.412</u>	<u>8.344</u>

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro - Fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores. Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	30.06.2012			31.12.2011
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	634	229	863	926
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	1.043	282	1.325	1.339
Ativo não circulante	1.677	511	2.188	2.265
Passivo				
IR e CS diferidos s/ Receitas Financeiras	1.152	414	1.566	1.160
IR e CS diferidos s/ Amortização Intangível	1.279	461	1.740	1.197
Passivo não circulante	2.431	875	3.306	2.357
Líquido	754	364	1.118	92

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30.06.2012	30.06.2011
Lucro antes da tributação	41.432	28.709
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	14.087	9.761
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	(330)	(35)
Incentivos fiscais	(119)	(101)
Diferenças temporárias	1.115	32
Despesas de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	14.753	9.657
Taxa efetiva	35,61%	33,64%

7. Indenizações a receber

	30.06.2012	31.12.2011
Indenizações a receber	9.238	5.305
Circulante	9.238	5.305

Notas Explicativas

Em virtude da existência de apólices de seguro de Riscos Operacionais e de Responsabilidade Civil, diversos eventos são passíveis de cobertura. Os valores registrados nesta conta representam gastos incorridos com a recuperação dos danos, cuja indenização será recebida junto às seguradoras, ainda está sendo regulada, face ao sinistro e/ou ação cível ainda não ter sido encerrado.

8. Imobilizado

CUSTO		Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.296	202			1.498
Edificações		233				233
Veículos		543	11	(26)		528
Processamento de Dados e Hardware		512	115			627
Móveis e Utensílios		198	77		(1)	274
Ferramentas		12	5		1	18
Instalações e Instalações Elétricas		105	29			134
Usina		27	4			31
Instalações Elétricas Usina		94				94
Terrenos		35				35
		<u>3.055</u>	<u>443</u>	<u>(26)</u>		<u>3.472</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		169	199			368
		<u>169</u>	<u>199</u>			<u>368</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.224</u>	<u>642</u>	<u>(26)</u>		<u>3.840</u>
DEPRECIACÃO ACUMULADA	Taxa %	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(785)	(47)		55	(777)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(133)	(63)		(55)	(251)
Edificações	4%	(116)	(10)			(126)
Veículos	20%	(191)	(108)	26		(273)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(390)	(124)		1	(513)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%		(3)		(1)	(4)
Móveis e Utensílios	10%	(114)	(16)			(130)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(84)	(6)			(90)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(89)	(2)			(91)
		<u>(1.902)</u>	<u>(379)</u>	<u>26</u>		<u>(2.255)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.322</u>	<u>263</u>			<u>1.585</u>

Notas Explicativas

CUSTO		Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 30.06.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.498	120	(3)		1.615
Edificações		233				233
Veículos		528				528
Processamento de Dados e Hardware		627	22			649
Móveis e Utensílios		274	99			373
Ferramentas		18				18
Instalações e Instalações Elétricas		134				134
Usina		31				31
Instalações Elétricas Usina		94				94
Terrenos		35				35
		<u>3.472</u>	<u>241</u>	<u>(3)</u>		<u>3.710</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		368	512	(4)		876
		<u>368</u>	<u>512</u>	<u>(4)</u>		<u>876</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.840</u>	<u>753</u>	<u>(7)</u>		<u>4.586</u>
	Taxa	Saldo em			Transfe	Saldo em
DEPRECIACÃO ACUMULADA	% a.a	31.12.2011	Adições	Baixas	rências	30.06.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(777)	(29)			(806)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(251)	(35)			(286)
Edificações	4%	(126)	(5)			(131)
Veículos	20%	(273)	(55)			(328)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(513)	(63)			(576)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%	(4)	(1)			(5)
Móveis e Utensílios	10%	(130)	(12)			(142)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(90)	(4)			(94)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(91)	(1)			(92)
		<u>(2.255)</u>	<u>(205)</u>			<u>(2.460)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.585</u>	<u>548</u>	<u>(7)</u>		<u>2.126</u>

Notas Explicativas**9. Intangível**

	Saldo em				Saldo em
CUSTO - INTANGÍVEL	31.12.2010	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2011
Ativo Intangível					
Concessão	224.564	43.303	(75)		267.792
Software	211	49			260
Outros	52	1			53
Intangível Bruto	224.827	43.353	(75)		268.105
	Saldo em				Saldo em
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	2010	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2011
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(115.474)	(8.764)	7	(58)	(124.289)
Software	(169)	(86)		58	(197)
Outros	(7)	(10)			(17)
	(115.650)	(8.860)	7		(124.503)
Intangível Líquido	109.177	34.493	(68)		143.602
	Saldo em				Saldo em
CUSTO - INTANGÍVEL	31.12.2011	Adições	Baixas	Transferências	30.06.2012
Ativo Intangível					
Concessão	267.792	21.507	(245)		289.054
Software	260	12			272
Outros	53				53
Intangível Bruto	268.105	21.519	(245)	-	289.379
	Saldo em				Saldo em
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	31.12.2011	Adições	Baixas	Transferências	30.06.2012
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(124.289)	(5.934)	245		(129.978)
Software	(197)	(16)			(213)
Outros	(17)	(5)			(22)
	(124.503)	(5.955)	245		(130.213)
Intangível Líquido	143.602	15.564			159.166

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Ativo Imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de junho de 2012, e em 31 de dezembro de 2011 não foram identificadas evidências de ativos tangíveis ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Até 30 de junho de 2012, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 747.

10. Empréstimos e financiamentos

	30.06.2012		31.12.2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	7.166	36.327	6.322	37.556

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está divididos em: subcrédito A – R\$27.752, B – R\$11.894, C – R\$8.542 e D – R\$3.661 totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e

Notas Explicativas

amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013. Os encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Possui como garantia cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 01 de julho de 2012, 18 de agosto de 2012, 12 de novembro de 2012, 20 de novembro de 2012 e 01 de dezembro de 2012.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	30.06.2012	31.12.2011
BNDES		
2013	3.988	7.453
2014	7.977	7.576
2015	7.977	7.576
2016	7.977	7.576
2017	5.435	5.035
2018 em diante	2.973	2.340
Total Longo Prazo	36.327	37.556

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

11. Salários, provisões e contribuições

	30.06.2012	31.12.2011
Provisões Trabalhistas	1.561	1.026
Encargos Trabalhistas	571	653
Imposto de Renda Retido na Fonte	70	56
Participação no Resultado	839	1.383
Benefícios	12	4
Outros	197	217
Circulante	3.250	3.339

Notas Explicativas

12. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2011	Adições	Baixas	Saldo Final 30.06.2012
Trabalhistas	1.794			1.794
Cíveis	1.363		(39)	1.324
Fiscais	20			20
Valor Provisionado	<u>3.177</u>		<u>(39)</u>	<u>3.138</u>

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

Notas Explicativas

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

13. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 30 de junho de 2012 é de R\$ 2.538 (R\$ 2.724 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

14. Debêntures

As Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos

Notas Explicativas

e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembléia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2001, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

Notas Explicativas

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 54.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi deliberado o aumento de R\$ 8.700 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 54.400, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	30.06.2012						31.12.2011	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Partic. em Infraestruturas S/A - Invepar	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
Carioca Christian-Nielsen Concessões	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	18.464	21,35
Strata Constr. e Conces. Integradas S.A.	8.567	17,57	5.800	15,39	14.367	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Particip. e Conces.S.A.	10.262	21,03	–	–	10.262	11,87	10.262	11,87
Construtora Queiroz Galvão S.A.	–	–	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT– Fundo de Invest. em Participações	–	–	9.524	25,28	9.524	11,02	9.524	11,01
M&G Consultoria e Particip. Ltda.	–	–	711	1,89	711	0,82	711	0,82
Credicom Coml Inform. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Particip. Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendos

b.1) Antecipação de dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Notas Explicativas

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro líquido do período	26.679	42.997
Reserva legal	(1.334)	(2.150)
Base de cálculo	<u>25.345</u>	<u>40.847</u>
Percentual do dividendo	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Valor do dividendo obrigatório	6.336	10.212
Dividendos adicionais propostos	-	4.700
Dividendos pagos	<u>1.976</u>	-
Dividendos a pagar	<u>4.360</u>	-
Total de dividendos	<u>6.336</u>	<u>14.912</u>

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

Notas Explicativas**c.5) Reserva para investimentos (estatutária)**

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir orçamento de capital, de acordo com a Legislação Societária.

16. Receita operacional, líquida

	30.06.2012	30.06.2011
Receita bruta de pedágio	84.826	68.921
Receita de contrato de construção	19.933	14.483
Dedução da receita	<u>(7.368)</u>	<u>(6.031)</u>
Receita líquida	<u>97.391</u>	<u>77.373</u>

17. Despesas administrativas

	30.06.2012	30.06.2011
Despesas com pessoal	2.786	2.461
Serviços de terceiros	1.195	885
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	409	387
Despesas gerais	2.776	3.140
Despesas de remuneração de dirigentes	<u>537</u>	<u>508</u>
Total	<u>7.703</u>	<u>7.381</u>

Notas Explicativas

18. Receitas e despesas, financeiras

	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(951)	
Despesas bancárias	(288)	(266)
Outros	(4)	
	<u>(1.243)</u>	<u>(266)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	233	631
Variação monetária ativa	26	10
Descontos obtidos	26	5
	<u>285</u>	<u>646</u>
Remuneração de Debenturistas	<u>(2.490)</u>	<u>(6.905)</u>
Total	<u>(3.448)</u>	<u>(6.525)</u>

19. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 30 de junho de 2012, R\$ 2.490 (R\$ 6.905 em 2011) foram atribuídos aos debenturistas e R\$ 909 (R\$ 711 em 2011) aos empregados e diretores, totalizando R\$ 3.399 (R\$ 7.616 em 2011).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembléia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Notas Explicativas

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi proposto o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	30.06.2012			30.06.2011		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	480	57	537	447	61	508
Bônus variáveis (i)	336		336	275		275
Outros	35		35	33		33
Total	851	57	908	755	61	816

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

A Companhia não possui quaisquer outros tipos de transação com partes relacionadas.

20. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle

Notas Explicativas

consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP	21.704	27.130	32.556
BNDES Sub-Crédito B	TJLP	9.302	11.627	13.952
BNDES Sub-Crédito C	TJLP	8.542	10.678	12.813
BNDES Sub-Crédito D	TJLP	3.661	4.576	5.491
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%

(c) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

No semestre encerrado em 30 de junho de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30.06.2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico			
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	14.424	12.255	26.679
Denominador básico e diluído			
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	295,66	325,23	

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

22. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 30 de junho de 2012:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.11 à 12.08.12	Chartis
Risco Engenharia	20.100	13.05.11 à 01.09.13	Itaú/Tóquio
Riscos Operacionais	45.000	11.07.11 à 01.09.13	Itaú
Garantia	13.100	22.11.11 à 22.11.12	Banco Fator
Adm. e Diretores	10.000	15.02.12 à 15.02.13	Chartis
Multirisco Empresarial	5.930	11.07.11 à 11.07.12	Itaú

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

As projeções empresariais no trimestre estão dentro do orçamento da companhia, não havendo no momento expectativa de reversão dos resultados previstos para o ano.

A ANTT autorizou a suspensão temporária da cobrança de pedágio da Praça de PN2 por 02 (dois) anos. Este período é o prazo estimado para realização de estudos com vistas à definição da sua nova localização e seu correspondente equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato.

A ANTT autorizou a construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, Projeto que consumirá cerca de R\$ 56 milhões nos próximos 4(quatro) anos, e que permitirá ao final deste, maior fluidez do tráfego, segurança e conforto para os usuários.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1 - Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado sua construção, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro/2011 e foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

Ao fim de junho de 2012, já concluímos 76% do segundo trecho, com conclusão prevista para julho de 2012.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a grande maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos inconvenientes que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carreado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

b) Demais projetos

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO DE CONSERVA E MANUTENÇÃO

- Serviços de roçada/capina e poda; Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem; Reparo de Canaletas; Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas; Reparos ao longo da Rodovia
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: Total = 2.613 metros;
- Manutenção de Encostas;
- Manutenção da Sinalização Horizontal: Total = 5.203,74 m, sendo: 265 tachas e 98 tachões;
- Manutenção da Sinalização Vertical: Total de 182 placas.
- Barreira de Proteção: Total = 285 defensas;
- Manutenção do Pavimento Rígido: Km 94 - Km 98 (67%)

MONITORAÇÃO

Manutenção do Sistema de Monitoração

- Drenagem e Obras de Arte Correntes - Ao longo da Rodovia;
- Obras de Arte Especiais - Ao longo da Rodovia;
- Sinalização Vertical - Ao longo da Rodovia;
- Elementos de Proteção e Segurança - Ao longo da Rodovia;;
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados(FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO;

DIVERSOS: Índice de conclusão (%)

- Implantação da Balança Fixa do Km 131(67%);
- Ampliação de Capacidade de Subida da Serra Trecho II: (96%);
- Concluído Alargamento e Reforço do Viaduto sobre a RFFSA Km 136,95 (P1);
- Recuperação de Placas em Concreto do Km 97 ao Km 100(93%);
- Contenções de Encostas: Km 55,5(92%) / Km 29(90%) / Km 28,6(70%);
- PRAD: através do plantio de mudas de mata Atlântica entre os Km 87 - Pista 1
- Obras Emergenciais concluídas: Km 56 / Km 29,5 J;
- Obras Emergenciais em curso: Km 76,5 P1 (99%) / Km 5 (98%) / Km 76,5(97%) / Km 74,9 P1(96%) / Km 63,6 (95%) / Km 64,5 (78%) / Km 55,1(75%) / Km 54,5(70%) / Km 30,5 J(50%) / Km 31,3 J (50%) Km 33,8(20%) Km 15(10%)
- Rua Lateral de Parada Modelo - Km 106(85%);
- Fresagem e CBUQ: Km 144 P1 e P2 (90%) / Km 125 P1 e P2 (70%)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT
Rio de Janeiro, RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio-Teresópolis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Mauro Moreira
Contador CRC – 1SP 072.056/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas ao período findo em 30 de junho de 2012.

Magé, 31 de julho de 2012

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao período iniciado em 01 de abril de 2012 e findo em 30 de junho de 2012.

Magé, 31 de julho de 2012

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores